

# Revista

Primeira Edição — Setembro 2019

## QUATRO DÉCADAS DE MOBILIZAÇÃO PELO CONSELHO PRÓPRIO

Conheça a cronologia do movimento de técnicos industriais, que idealizou nos anos 60 a regulamentação profissional e criação do conselho próprio.

## DESTAQUES

Os principais acontecimentos dos primeiros meses de trabalho do CFT.

## SAIBA MAIS

O CFT elucida as perguntas mais frequentes dos técnicos e técnicas sobre registro profissional, termo de responsabilidade técnica e outros protocolos.

# CFT

Conselho Federal dos Técnicos Industriais

# Expediente

## GESTÃO CFT (2018/2022)

Presidente

**Wilson Wanderlei Vieira**

Vice-Presidente

**José Carlos Coutinho**

Diretor Financeiro

**Solomar Pereira Rockembach**

Diretor Administrativo

**Francisco Viana Balbino**

Diretor de Fiscalização e Normas

**Bernardino José Gomes**

## EXPEDIENTE

Diretora de Redação

**Daniela Santiago**

Redação

**Daniela Santiago**

Estagiário

**Vinicius Vinhal**

Diagramação e Projeto Gráfico

**Tayelen Castro**

## CONTATO

SCS, Quadra 02, Bloco D,  
Edifício Oscar Niemeyer, 9º Andar.  
**CEP:** 70.316-900 - Brasília/DF  
(61) 3013-4900



Administrar uma autarquia configura uma grande responsabilidade, que se torna ainda mais desafiadora quando a autarquia em questão está em construção. Este é o caso do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, órgão cuja criação é amparada pela Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018.

Com o advento do conselho, concretizou-se um ciclo de quase 40 anos de mobilização para que os técnicos e técnicas pudessem se dissociar do antigo conselho e constituir um conselho que lhes conferisse maior representatividade.

Dada a criação do CFT, o desafio seguinte a ser empreendido foi a formação efetiva do conselho. A migração dos técnicos e técnicas do antigo sistema para o novo conselho compõe um capítulo importante desta história, considerando a magnitude do trabalho realizado para migrar os cerca de 550 mil profissionais agregados em mais de 90 modalidades, que a partir de então contaram com o registro do CFT.

Dentre as principais intempéries deste período destacamos a dificuldade enfrentada pela Diretoria Executiva para desenvolvimento de ações de implantação, considerando a inter-

pretação unilateral do antigo conselho quanto aos procedimentos a serem adotados na transferência dos recursos e na transição do atendimento aos profissionais das unidades regionais do antigo conselho para os CRTs.

O Confea, que em reunião com a Diretoria Executiva do CFT havia garantido que todos os prazos referentes à migração previstos em lei seriam respeitados, principalmente para que os profissionais envolvidos não se sentissem momentaneamente desassistidos - determinou, quinze dias depois, por meio da Decisão Plenária nº PL-1394/2018, que o conselho anterior deveria cessar imediatamente o vínculo jurídico dos técnicos industriais com o referido conselho, e também a prestação dos serviços em 20 de setembro de 2018; afirmando que qualquer prestação de serviços após aquela data poderia configurar danos ao erário, e eventual responsabilidade administrativa, civil e criminal dos gestores, pois não haveria vinculação e justificativa de realização de despesa para tal finalidade.

Mediante a ilegal decisão do conselho antigo, a Diretoria Executiva do CFT adotou de imediato medidas de âmbito administrativo, político e jurídico - dentre elas um Mandado de Segurança, em 19 de setembro de 2018,



para garantir que os técnicos e técnicas tivessem pleno atendimento sem qualquer prejuízo às suas atividades profissionais. O Mandado, porém, não obteve êxito.

Sem verba, o CFT deu início a suas atividades, dentre elas, a eleição da Diretoria Executiva e dos Conselheiros Federais em 21 de junho de 2018 e realizou ainda suas primeiras Sessões Plenárias, em 22 de junho de 2018 e 23 de junho de 2018, respectivamente.

Apenas em 20 de setembro, foi realizado o repasse de recursos financeiros para a estruturação do conselho. Em 11 de novembro de 2018, foi determinado judicialmente que o antigo conselho voltasse a prestar serviços essenciais aos técnicos industriais, após Ação Civil Pública do SINTEC-CE, que havia sido impetrada em 17 de setembro de 2018. A base para a ação judicial foi o Princípio da Permanência, de modo que foi vetada a interrupção total da prestação dos serviços públicos necessários postos à disposição do administrado, até que o novo Conselho estivesse efetivamente estruturado.

Estima-se que ainda existam aproximadamente 1,6 milhão de técnicos e técnicas exercendo a profissão sem registro profissional no

Brasil - tal dado anuncia mais um desafiador projeto: trazê-los também para o conselho, para que trabalhem devidamente registrados. Pois, não só em atender e representar os técnicos e técnicas industriais consiste o trabalho do CFT. Enquanto órgão fiscalizador, somos comprometidos com a missão de garantir à sociedade a segurança e convicção de contratar profissionais registrados, qualificados – e dessa forma, temos o objetivo de impulsionar a excelência das atribuições dos técnicos e técnicas industriais do Brasil.

Além disso, nossa perspectiva de futuro está fomentada no objetivo de ser um referencial na busca pelo progresso industrial e socioeconômico do Brasil.

Embora ainda haja muito a ser feito, o que nos motiva e ampara diante dos entraves que surgem é saber que a maior das façanhas já foi empreendida: a formação do conselho próprio dos técnicos e técnicas industriais do Brasil.

Um abraço,

**Wilson Wanderlei Vieira,**

*Presidente do CFT.*



Publicada no Diário Oficial da União em **27 de março de 2018**, a lei nº 13.639, de criação do CFT, completou 1 ano. Dia de avivar a memória de muito trabalho e adversidades enfrentadas pelo primeiro grupo de técnicos industriais que vislumbrou a criação do conselho, uma conquista que levou quase 40 anos, e que vários idealizadores partiram sem conseguir ver.

Historicamente os técnicos sempre foram subjugados por determinadas categorias ditas superiores, de forma que os técnicos conselheiros chegavam a ser chamados pejorativamente de “denorex” – num ofensivo trocadilho com um bordão publicitário da época.

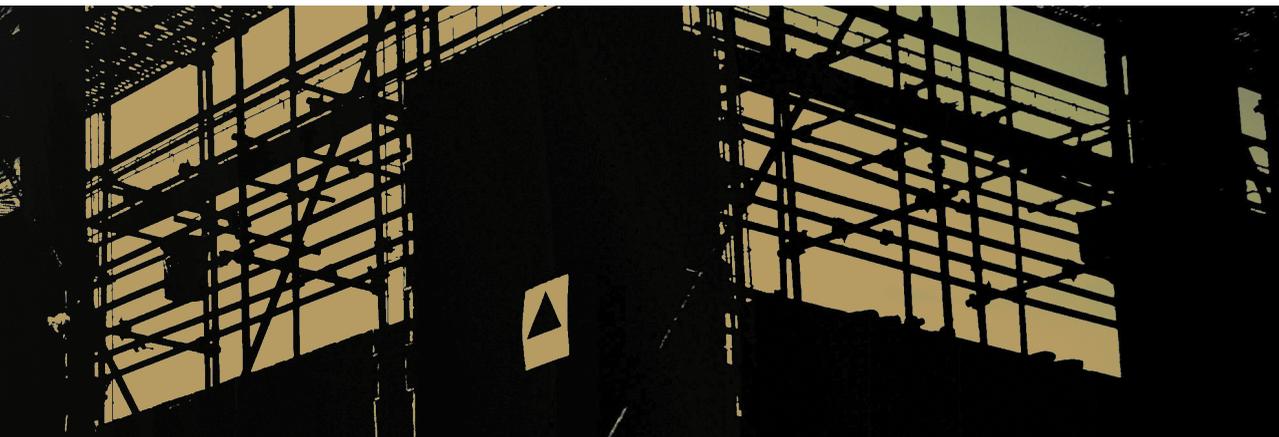
**No final da década de 1960** um grupo apoiado pelas escolas técnicas deu início ao movimento pela regulamentação profissional e criação do conselho próprio; na verdade, disseminando uma ideia para beneficiar as gerações futuras, os milhares de jovens formados nas mais diversas modalidades.

A discriminação contra os técnicos continuou e em contraponto, o movimento ganhava mais força. Liderados por Wilson Wanderlei Vieira, técnico industrial e atual Presidente do CFT, **em 18 de agosto de 1979** os técnicos paulistas realizaram a assembleia de

fundação da ATESP – Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo na Escola Técnica Getúlio Vargas, uma das mais importantes instituições de ensino técnico do estado e do país. Entre os objetivos traçados pela associação estavam a regulamentação profissional, a transformação das associações em sindicatos e a representatividade no conselho profissional; reavivando a ideia da década anterior de que a categoria tivesse um conselho próprio para a fiscalização de suas atividades profissionais.

**Em janeiro de 1980**, a ATESP realizou o 1º Encontro Nacional dos Técnicos Industriais em São Paulo, que visava debater e elaborar o anteprojeto de regulamentação da Lei nº 5.524/1968, bem como a criação do conselho próprio. A minuta da regulamentação profissional foi entregue pessoalmente ao presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo em audiência realizada **em 17 de abril de 1980**, agendada pelo senador Jarbas Passarinho. Na ocasião também foi abordada a criação do conselho próprio. A reunião com o Presidente Figueiredo compõe um capítulo marcante desta cronologia, cuja data é celebrada até hoje.

Outro acontecimento de destaque deu-se em **março de 1982**, quando com grande cobertura



da imprensa, mais de 2 mil técnicos reuniram-se na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - SP durante o 1º Congresso dos Técnicos, também realizado pela ATESP com o propósito de angariar apoio para o movimento pela regulamentação profissional, assim como a criação do conselho próprio.

Após audiência e a promessa de apoio do ministro da Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig, na qual participaram ATESP, APTO, ATERGS – Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul e ATESC – Associação dos Técnicos Industriais de Santa Catarina, finalmente, no dia 6 de fevereiro o Presidente Figueiredo assinou o Decreto nº 90.922/1985 que regulamentando a Lei nº 5.524, de **5 de novembro de 1968**, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial.

O Sistema CONFEA/CREA entrou, de imediato, com medida cautelar no Supremo Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade do decreto, que foi negada por nove votos a dois – e por nove votos a um.

No 17º aniversário da Lei nº 5.524/1968, os técnicos realizaram assembleia na Praça da Sé em São Paulo, em protesto bem-humorado com bonecos gigantes e faixas, contra o

Sistema Confea/Crea pelo não cumprimento da regulamentação profissional dos técnicos e técnicas industriais.

**Em 1988** foi realizado o 1º Encontro Regional dos Técnicos em Joinville (SC), contando com presidentes de vários sindicatos amparados legalmente pelo enquadramento sindical, que debatia o cumprimento da regulamentação profissional e, novamente, a criação do conselho próprio.

O ideal de criação do conselho próprio foi fortalecido com a publicação da Medida Provisória nº 1549/1997 e da Lei nº 9.649/1998 que, em seu artigo nº 58, altera a estrutura dos conselhos, tornando-os entidades públicas de direito privado.

**Em 5 de outubro de 1999** o Projeto de Lei do Senado nº 493, do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), cuja emenda autorizava a criação do conselho, foi aprovado no Senado Federal e seguiu para a Câmara dos Deputados.

Em 2001, a FENTEC – Federação Nacional dos Técnicos Industriais, que liderava o movimento, deliberou por entrar com ação com base no artigo 10 da Constituição, que “assegura a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos

órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários”. Depois de o processo tramitar por quase 13 anos, em 8 de março de 2013 o Tribunal Regional Federal do Distrito Federal indeferiu a ação.

Durante uma solenidade de posse da diretoria da FENTEC no Memorial da América Latina em junho de 2007, o movimento dos técnicos ganhou mais um apoiado, o então deputado estadual Giovani Cherini. Por intermédio dele foi agendada audiência com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, que se mostrou disposto a analisar e deliberar sobre o assunto.

Em outubro de 2013 uma comitiva organizada pela FENTEC esteve em Brasília participando de audiência com os senadores Fernando Collor de Mello (PTB-AL) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), autor e relator do PLS nº 356/2013, que pretendia alterar a Lei nº 8.195/1991 e, conseqüentemente, a Lei nº 5.194/1966, de maneira a democratizar e garantir a proporcionalidade dos técnicos no Sistema Confea/Crea. O Senado Federal aprovou o projeto por unanimidade, encaminhando-o para a Câmara dos Deputados.

Outro marco no processo de criação do Conselho se deu em janeiro de 2014, quando o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, assinou a Portaria nº 59 que constituía comissão para o estudo do desmembramento dos técnicos do Sistema Confea/Crea. Tal portaria foi assinada pelo ministro em reunião realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, com líderes de entidades técnicas. A

comissão promoveu reuniões em várias capitais brasileiras, inteirando-se das reivindicações dos técnicos e reunindo subsídios para elaboração de um relatório que seria apresentado ao ministro. A minuta do anteprojeto de lei foi, por fim, encaminhada ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloisio Mercadante.

Em 4 de maio de 2016 o governo federal encaminhou o PL nº 5179 para a apreciação da Câmara dos Deputados, Em seguida a importância da proposta foi ratificada pelo Ministro Ronaldo Nogueira, por meio de Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo em 30 de novembro do mesmo ano, aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Após tantas décadas de mobilização, a ideia do Conselho se materializa no dia 6 março de 2018, quando a Secretaria de Expediente do Senado Federal remeteu um ofício ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, encaminhando uma mensagem (nº 12/2018) ao presidente da República. No dia 26 de março o presidente Michel Temer sanciona a Lei nº 13.639/2018 criando o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais. No dia seguinte, a lei foi publicada Diário Oficial da União.

Já em 22 de junho foi eleita a primeira diretoria executiva e os conselheiros do CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais, na sede da CNPL – Confederação Nacional das Profissões Liberais, entidade designada para coordenar, junto a federações, sindicatos e associações técnicas, o processo eleitoral conforme disposto no artigo 34 da célebre Lei nº 13.639 de 2018.

# A diretoria executiva do CFT



## **WILSON WANDERLEI VIEIRA**

*PRESIDENTE*

Nascido em Itu-SP, **Wilson Wanderlei Vieira** é técnico em edificações formado pelo Instituto Nobel de Tecnologia. Fundou a ATESP – Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo, em 18 de agosto de 1979 - data que marca o início do movimento de técnicos, liderado por ele, que viabilizou a regulamentação da profissão, assim como a criação do conselho próprio dos técnicos e técnicas industriais após 40 anos de mobilização pela causa.



## **JOSÉ CARLOS COUTINHO**

*VICE-PRESIDENTE*

**José Carlos Coutinho** é Técnico em Agrimensura e nasceu em Santa Catarina, estado onde iniciou sua formação como técnico, na Escola Técnica Federal de Santa Catarina em Florianópolis. Coutinho também é graduado em Direito pela Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina e atuou como Funcionário Público Estadual da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina de 1980 a 2017.



## **SOLOMAR PEREIRA ROCKEMBACH**

*DIRETOR FINANCEIRO*

Natural do Paraná, **Solomar Rockembach** formou-se como Técnico em Eletrônica em 1974, pela Escola Técnica Federal de Pelotas. Possui especializações em VHF, UHF e Microondas, pela Microlins. Atuou como Técnico em Telecomunicações na Companhia Paranaense de Energia e formou-se em Direito na Unioeste - Universidade do Oeste Paulista, área na qual possui especialização em Direito do Trabalho.



## **BERNARDINO JOSÉ GOMES**

*DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E NORMAS*

**Bernardino Gomes** nasceu no Espírito Santo, estado onde se formou como Técnico em Eletrotécnica, pela Escola Técnica Federal do Espírito Santo (hoje IFES), em 1983. Sua atuação profissional se estendeu ainda pelas áreas de mineração e celulose. Tornou-se mais tarde Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais no Espírito Santo e trabalha atualmente no Setor de Distribuição de Energia Elétrica.



## **FRANCISCO VIANA BALBINO**

*DIRETOR ADMINISTRATIVO*

**Francisco Balbino**, natural de Palmeira dos Índios, em Alagoas, é Técnico em Eletrônica e especialista nas modalidades técnicas de Aviação, Refrigeração e Fotocopiadoras/Impressoras. Fundou o SINTEC do Rio de Janeiro, estado onde reside atualmente.

# O Conselho em comunicação direta com os técnicos e técnicas

Por uma comunicação congruente com os novos tempos e que alcance os técnicos e técnicas industriais onde eles estão: na Internet



Com a criação de sua página oficial no Facebook, o CFT inaugura uma nova fase em sua comunicação. Diariamente, por meio da *Fan Page*, técnicos e técnicas de todos os rincões do Brasil interagem entre si por meio de comentários - e também com a equipe de comunicação do CFT. As informações divulgadas na página complementam as matérias, avisos e boletins informativos do site.

A partir de minucioso trabalho de pesquisa, o CFT busca mapear as principais dúvidas dos seguidores, como questões relacionadas a registro e TRTs, assim como a legislação pertinente à criação do conselho e resoluções sobre atribuições técnicas. Com base nestas informações, são pensadas as pautas da página, de modo a ser publicado apenas o que é de extremo interesse dos técnicos e técnicas.

Sendo a internet um dos mais dinâmicos e democráticos veículos de comunicação dos últimos anos - onde seguidores não apenas consomem informação, como também a produzem - a página do CFT conta com seguidores que se destacam por sua interação nas publicações criadas pelo CFT, demonstrando seu engajamento nas questões pertinentes a sua categoria profissional.

**Também quer ver sua foto aqui?**

**Siga o CFT no Facebook:** [facebook.com/cftbrasil](https://facebook.com/cftbrasil) e **acompanhe o site do conselho:** [cft.org.br](https://cft.org.br).



**Ruth Schuster** | Técnica em Edificações e Agrimensura  
Timbó – Santa Catarina

“Sou Técnica em Edificações e Agrimensura, atuando nestas áreas há 31 anos. Depois de muito esperar, nós técnicos, ganhamos um canal só nosso. Onde podemos interagir diretamente com o CFT e demais profissionais das áreas. Tudo que vier para nós, com o intuito de nos informar é válido. Gratidão!”



**João José de França Silva** | Técnico em Edificações  
Altamira - Pará.

“Muito grato com o nosso conselho CFT. Pois desde que foi criado vem inovando em atendimento principalmente com o surgimento das redes sociais, das quais cito o Facebook; pois tiramos as dúvidas, interagimos sobre nossa categoria e outros assuntos e ainda conhecemos vários amigos e amigas de outras regiões.”



**Isabel Duó** | Técnica em Edificações  
Ourinhos - SP

“Acompanho a página, pois desenvolve um excelente trabalho de divulgação das atividades desenvolvidas pelo CFT. Tinha dúvidas em acessar o sistema e preenchimento do TRT, encontrei as informações que precisava e acabei me beneficiando com os posts sobre as novas legislações e eventos realizados pelo conselho.”



**João Vagner Alves da Costa** | Técnico Mecânico industrial.  
São Paulo

“Tenho interesse em participar e interagir para fortalecer nosso Conselho cada vez mais.”



**Ricardo Fernandes Rohde** | Técnico em Edificações  
Aracruz – Espírito Santo

“Acompanho a página do CFT, como fonte de informação e me colocando sempre atualizado das notícias do Conselho. Parabéns pela iniciativa”

# Os destaques dos primeiros meses de trabalho do CFT

## Joaquim Affonso de Brito: inspiração de um século para os Técnicos Industriais.

O Conselho Federal dos Técnicos Industriais felicita o Técnico em Edificações Joaquim por seu aniversário de 100 anos.

Nascido em 1919, na cidade de Santa Eudóxia (interior de São Paulo) – Joaquim, aos 5 anos de idade, migrou com a família para Pirajuí, onde vive até hoje ladeado pelos filhos e demais descendentes de sua frondosa árvore genealógica.

Com apenas 12 anos, o talento de Joaquim nas áreas de Marcenaria, Carpintaria e Arquitetura já era tão notável, que seu pai, José Affonso, decidiu contratar um professor para dar aulas particulares de desenho arquitetônico para ele – o que seria o prelúdio de uma próspera carreira profissional.



Joaquim, que recebeu sua carteira definitiva e o título de Técnico em Edificações em 2010, aos 91 anos, possui um vasto repertório de edificações, dentre as quais destacam-se a “Casa Avenida”, propriedade dos irmãos Rizzo de 1945; e a Capela de Santo Antônio, localizada no Jardim Aclimação – para ele, sua obra mais importante.

As obras de Joaquim tornam-se, com o passar dos anos, ainda mais emblemáticas, convertendo-se em patrimônio para a cidade de Pirajuí e para o Brasil.



# I Seminário dos Técnicos em Edificações do Estado de São Paulo

CRT-SP e CFT realizaram seminário para conhecer ouvir sugestões dos técnicos e elucidar as principais dúvidas sobre as atribuições profissionais dos Técnicos em Edificações

Promovido pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo (CRT-SP) e pelo CFT, o I Seminário dos Técnicos em Edificações do Estado de São Paulo, realizado em 16 de março, teve como objetivo central debater novas diretrizes para as atribuições dos Técnicos em Edificações.

O seminário atendeu às expectativas dos organizadores e, principalmente, do público – composto por um número grande de participantes que viajaram centenas de quilômetros para estar no evento. O Presidente do CFT Wilson Wanderlei Vieira apresentou um breve resgate histórico do movimento dos técnicos pontuando as principais conquistas empreendidas,

como a fundação de associações; a regulamentação da profissão assegurada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985; e a sanção presidencial da Lei nº 13.639 em 26 de março de 2018, criando o conselho próprio dos técnicos – concretizando um sonho vislumbrado há mais de 40 anos.

